

Quase todos os estados estão quebrados

Empreguismo, uso político da máquina e má gestão foram causas do problema

Mariza Louven

• Tocantins já chegou a ter 42 mil funcionários, está com 33 mil, mas precisa de 25 mil, segundo cálculos do secretário estadual de Fazenda, Adjair Lima. Com apenas oito anos de vida, o mais novo estado do país é uma boa amostra do Brasil. O empreguismo, a utilização política da máquina administrativa e a má gestão não quebraram Tocantins, mas faliram a maioria dos estados. Os que têm saúde financeira são exceção, como a Bahia e o Ceará, onde o funcionalismo não apenas recebe o salário em dia, como sabe, no início do ano, a data do pagamento em cada mês.

— Só gastamos o que podemos — ensina o governador baiano Paulo Souto (PFL).

Apesar de empregar mais gente do que precisa, a folha de pagamentos de Tocantins representa 47% da receita de R\$ 43 milhões por mês — ou seja, está abaixo do limite máximo de 60% estabelecido pela Lei Camata. Além disso, o endividamento não chega a R\$ 130 milhões e foi possível investir R\$ 164 milhões em obras no ano passado.

— Fizemos mais obras em 1995

do que o Estado de São Paulo, que aplicou só R\$ 112 milhões naquele ano — compara o secretário de Fazenda Adjair Lima.

Além de investir, Tocantins está pagando os salários em dia e pode se dar ao luxo de prever o desembolso do décimo terceiro no dia 20 de dezembro.

Alagoas, porém, é um dos que estão quebrados. Os 76 mil funcionários não recebem há quatro meses e o pagamento do décimo terceiro salário é impensável. A folha de R\$ 49 milhões equivale a 96% da receita. Os fornecedores também não vêm a cor do dinheiro do estado há tempos.

— Estamos, literalmente, administrando o caos. O esforço é para manter os serviços básicos como fornecimento de água, energia, segurança e emergência hospitalar — informa o secretário estadual de Fazenda de Alagoas, Clênio Pacheco.

No Rio, a situação é menos dramática: a folha de R\$ 340 milhões vem sendo paga aos trancos e barrancos e há atrasos com os fornecedores, informa o secretário de Administração, Augusto Werneck. O comprometimento é de 82% da receita líquida de R\$ 5,5 bilhões prevista para este

ano. No Espírito Santo, a folha equivale a 95% da receita líquida de R\$ 78 milhões por mês.

Há uma verdadeira engenharia financeira para ajustar as contas dos estados: programas de demissão voluntária, privatizações e renegociações de dívidas fazem parte do cardápio proposto pelo Governo federal. Estrangulados financeiramente e sem acesso a fontes adicionais de recursos, os estados não têm alternativa senão aceitar a dieta

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de R\$ 1,3 bilhão para apoiar os estados. O processo de desestatização, no Rio, é um dos mais avançados: a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) será leiloada no próximo dia 20, e o Banerj, em dezembro. O Governo do Espírito Santo licitará, em janeiro, a concessão para exploração da Rodovia do Sol, que liga Vitória a Guarapari, e publicará, até dezembro deste ano, o edital de venda da Companhia Industrial de Desenvolvimento Agrícola (Cida) e, até abril de 1997, o da Empresa de Tratamento de Esgoto.

De acordo com o secretário extraordinário de Reforma do Esta-

do do Espírito Santo, Antonio Carlos de Medeiros, está previsto, ainda, o lançamento de R\$ 100 milhões em debêntures da Companhia Espírito-Santense de Saneamento. O Governo do Espírito Santo também está para licitar o banco ou consórcio que vai co-gestionar o seu banco estadual, o Banestes.

Há Programas de Demissões Voluntárias (PDVs) em vários estados. O do Espírito Santo ainda não foi aprovado pela Assembléia Legislativa. A expectativa é de reduzir o quadro em 14%, mesmo que para isso seja preciso demitir, informa o governador Vitor Buaiz (PT).

A estabilização da inflação explicitou problemas e condenou práticas repetidas durante anos nos estados. O Plano Real reduziu drasticamente a inflação, a partir de 1994, em meio à troca de mandato dos governadores, que foram pouco austeros nos reajustes salariais e na contratação de obras cujos efeitos e pagamentos ficaram como legado para seus sucessores. Além da herança dos ex-governadores, os atuais — que assumiram em 1995 seus mandatos — também não foram rigorosos. ■